

## **O nome da crise**

**César Benjamin**

**Folha de S. Paulo, 21 de fevereiro de 2009**

O Brasil assistiu com leniência um salto no patamar histórico do desemprego durante a década de 1990. Nos últimos anos houve uma suave queda nos índices, mas tudo indica que o problema se tornará agudo. A recente queda na produção industrial foi de quase 20% em apenas um trimestre, um recorde que pode sinalizar a abertura de um ciclo de profunda contração. Os números sobre o desemprego acabam refletindo esse movimento com alguma defasagem no tempo. É o que veremos nos próximos meses. Combater essa tendência, com seriedade, será o grande desafio do próximo período. É preciso sepultar quatro interpretações equivocadas, amplamente difundidas, que ajudam a explicar a nossa tolerância com o problema.

O aumento do desemprego foi apresentado, nos últimos vinte anos, como um subproduto do aumento da produtividade da economia brasileira, o que permitia considerá-lo, implícita ou explicitamente, como um aspecto problemático de um processo essencialmente desejável e virtuoso. Daí a idéia de uma certa inevitabilidade. É falso: modernização técnica e emprego não se excluem. O problema é que, no Brasil, a produtividade aumentou muito mais do que a produção, pois o crescimento econômico foi rastejante. Quando a produção cresce junto com a produtividade, o nível de emprego se mantém. Quando cresce mais, ele aumenta.

Uma segunda interpretação tem destacado a baixa qualidade da força de trabalho brasileira. Abandona-se, assim, a questão social (pequena oferta de emprego) e se transfere o problema para os indivíduos afetados (sua “baixa empregabilidade”). Porém, excetuando-se situações específicas, não representativas do conjunto, também é falsa a idéia de que o trabalhador brasileiro não tem a qualificação que a economia demanda. As estatísticas mostram que perdem o emprego, principalmente, pessoas com 35 a 45 anos de idade, chefes de família, com experiência profissional e com alguma qualificação. Na outra ponta, criam-se empregos, principalmente, no setor de serviços sem qualificação: balconistas, vigilantes, moto-boys e assim por diante. Ao contrário do que se pensa, nossa força de trabalho se tornou superqualificada em relação ao tipo de emprego que foi criado nos últimos vinte anos no Brasil, cuja economia perdeu capacidade de agregar valor a cadeias produtivas cada vez mais internacionalizadas.

A terceira interpretação falsa destaca o excesso de encargos sociais. Divulga-se que eles representam 102% dos salários. A base desse cálculo está errada, pois ele considera encargo o descanso semanal, as férias, o décimo terceiro etc. Encargos, em todo o mundo, são apenas as contribuições destinadas a fundos coletivos que financiam políticas gerais. Tudo o que é apropriado pelo próprio trabalhador é parte do seu salário. Fazendo-se as contas corretamente, a relação entre encargos e salários, no Brasil, é de apenas 25%. Além disso, o que é relevante para a determinação do investimento é o custo total do trabalho, que se mantém idêntico nas duas contas e é notoriamente baixo entre nós. A retirada de direitos trabalhistas não gera nenhum novo posto de trabalho.

Por fim, repete-se que o desemprego é uma situação típica das metrópoles, onde se realizam as pesquisas mensais, e não se repetiria no

conjunto do país. No ano 2000, porém, quando o desemprego oficial medido pelo IBGE em Regiões Metropolitanas estava em torno de 7%, o Censo, a única pesquisa com abrangência nacional, apurou uma taxa de média de 15,04% em todo o território.

Combater essas mistificações é o primeiro passo para enfrentarmos o problema com a seriedade que ele merece.